CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 49 • Sábado, 19 de Setembro de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

DIVULGAÇÃO



Eleição para o SENADO em Pernambuco segue indefinida

PÁG. 3

ARTIGO

ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO

PÁG. 4

FOTO DIVULGAÇÃO



SUS vai oferecer canetas emagrecedoras para pacientes com obesidade, mas uso dependerá de protocolo médico

PÁG. 2



Defesa de Daniel Vorcaro pede ao STF revogação da prisão preventiva

PÁG. 3



Doze trabalhadores são resgatados de condição análoga à escravidão em obra no Recife

PÁG.2



Três investigados por latrocínio contra policial militar reformado são presos em Pernambuco e na Paraíba

PÁG. 3

Governo reajusta Bolsa Família em 15% às vésperas das eleições; medida gera críticas da oposição

PÁG. 5



CORREIO DE PERNAMBUCO | PAINEL CORREIO POLÍTICO: A análise das pesquisas eleitorais e os bastidores de 2026. ELEIÇÕES 2026

PERNAMBUCO ENTRE O PALÁCIO, O SENADO E O PLANALTO

PÁG. 5

SUS vai oferecer canetas emagrecedoras para pacientes com obesidade, mas uso dependerá de protocolo médico

DIVULGAÇÃO



O Sistema Único de Saúde (SUS) deverá oferecer gratuitamente medicamentos conhecidos popularmente como "canetas emagrecedoras" para pacientes com obesidade. A oferta, porém, não será indiscriminada: o Ministério da Saúde afirma que a utilização seguirá critérios clínicos e será definida a partir de estudos e de um protocolo específico para acompanhamento dos pacientes.

A confirmação ocorre após o governo federal apresentar os primeiros resultados de um estudo realizado com pacientes da rede pública em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A pesquisa utiliza a semaglutida, princípio ativo de medicamentos da classe dos agonistas do receptor GLP-1, e acompanha pessoas com obesidade grave ou associada a outras doenças.

O protocolo foi desenvolvido pelo Ministério da Saúde em parceria com o Grupo Hospitalar Conceição. Ao todo, 250 pacientes do SUS serão acompanhados para avaliar a efetividade, a segurança e os impactos do tratamento, além de estabelecer critérios para o acompanhamento médico.

TRATAMENTO NÃO SERÁ LIBERADO PARA QUALQUER PACIENTE

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, afirmou que a intenção é transformar o acesso aos medicamentos em uma possibilidade dentro da rede pública, mas com indicação médica e critérios definidos. Segundo ele, a proposta não é utilizar as canetas como uma solução estética, mas como medicamentos destinados ao tratamento de doenças relacionadas à obesidade.

Entre os grupos que estão sendo avaliados estão pacientes que aguardam cirurgia bariátrica, pessoas com obesidade associada a problemas cardiovasculares e outros pacientes com condições de saúde que possam ser beneficiadas pelo tratamento.

A estratégia também considera os custos para o sistema público. O Ministério da Saúde informou que a ampliação da produção nacional e o aumento da concorrência no mercado podem contribuir para reduzir o preço dos medicamentos.

Segundo Padilha, produtos que anteriormente custavam entre R$ 1,7 mil e R$ 2 mil passaram a ser encontrados na faixa de R$ 300 a R$ 400 em farmácias, em razão da ampliação da oferta.

GOVERNO AINDA PREPARA PROTOCOLO NACIONAL

Apesar do anúncio, a distribuição ampla das canetas para pacientes do SUS ainda depende da conclusão dos estudos e da definição das regras de acesso. Em julho, o próprio Ministério da Saúde informou que os medicamentos da classe GLP-1 ainda não eram oferecidos de forma incorporada ao SUS e que a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde analisava pedidos relacionados à semaglutida.

O estudo realizado em Porto Alegre é justamente uma das etapas para definir como esse tipo de tratamento poderá ser utilizado na rede pública. Os pacientes serão acompanhados ao longo de dois anos, permitindo avaliar não apenas a perda de peso, mas também os efeitos sobre outras condições de saúde e o custo da estratégia para o sistema público.

PRODUÇÃO NACIONAL GANHA ESPAÇO

A oferta também está relacionada ao crescimento da produção brasileira de medicamentos à base de semaglutida. Em julho, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária aprovou o registro de cinco novos medicamentos com esse princípio ativo, ampliando a concorrência no mercado brasileiro.

A Anvisa também já havia registrado medicamentos nacionais com semaglutida. A ampliação da produção e a entrada de novos fabricantes são apontadas pelo governo como medidas capazes de aumentar a disponibilidade e reduzir os preços.

Por enquanto, portanto, o anúncio representa uma mudança na direção da política pública, mas não significa que qualquer pessoa com sobrepeso poderá retirar uma caneta gratuitamente em uma unidade de saúde. O acesso deverá depender do diagnóstico de obesidade, da indicação médica e dos critérios que serão estabelecidos pelo protocolo do Ministério da Saúde.

Doze trabalhadores são resgatados de condição análoga à escravidão em obra no Recife



Doze trabalhadores foram resgatados de condições análogas à escravidão durante uma fiscalização realizada em um alojamento de uma obra da construção civil no bairro de Boa Viagem, na Zona Sul do Recife. A inspeção ocorreu no dia 8 de setembro e foi conduzida por auditores-fiscais do trabalho vinculados ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Segundo a fiscalização, os trabalhadores, em sua maioria vindos do interior de Pernambuco, permaneciam durante a semana no Recife para trabalhar nas obras e retornavam para suas cidades apenas nos fins de semana. No alojamento, foram encontradas condições consideradas incompatíveis com padrões mínimos de dignidade, saúde, segurança e conforto.

Os auditores relataram que os trabalhadores dormiam em colchões finos, sujos e, em alguns casos, rasgados. Um dos alojamentos não tinha banheiro, obrigando os trabalhadores a percorrer três andares da obra para ter acesso às instalações sanitárias. Beliches, portas e janelas também teriam sido construídos de forma improvisada pelos próprios trabalhadores da obra.

A fiscalização encontrou ainda fiações elétricas expostas, presença frequente de ratos, baratas e mosquitos e problemas relacionados à alimentação e à qualidade da água consumida pelos trabalhadores. Parte das refeições era preparada dentro dos próprios quartos, em fogões elétricos improvisados. Segundo os relatos registrados pelos auditores, a comida fornecida pela empresa era precária e, em algumas ocasiões, teria sido servida em condições de deterioração. Os trabalhadores relataram episódios recorrentes de problemas gastrointestinais.

As condições de trabalho também chamaram a atenção da fiscalização. De acordo com os auditores, havia jornadas prolongadas, com realização frequente de horas extras aos sábados, domingos e feriados, sem o pagamento considerado correto. No dia da inspeção, os salários referentes ao mês ainda não haviam sido pagos. Também foram identificadas irregularidades nos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o FGTS.

A limpeza das áreas comuns do alojamento era feita pelos próprios trabalhadores, em sistema de revezamento e fora do horário normal de trabalho. Roupas, documentos e outros pertences pessoais eram mantidos nas próprias camas, diante da falta de estrutura adequada para armazenamento.

Além das condições encontradas no alojamento, a fiscalização identificou risco de acidente na própria obra. Três andares foram interditados devido ao que os auditores classificaram como risco iminente de queda durante atividades realizadas em altura.

Após o resgate, os 12 trabalhadores foram afastados das atividades e passaram a ter direito ao seguro-desemprego destinado a trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão. A empresa também deverá responder às medidas judiciais decorrentes das irregularidades identificadas durante a fiscalização. O nome da construtora não foi divulgado.

O caso de Boa Viagem ocorre poucas semanas depois de outra fiscalização realizada na Zona Sul do Recife. Em agosto, 14 trabalhadores também foram resgatados de condições análogas à escravidão em um alojamento de uma empresa da construção civil localizado no bairro da Imbiribeira.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a caracterização de trabalho análogo à escravidão não depende exclusivamente da existência de trabalho forçado. A legislação considera também situações como jornada exaustiva, condições degradantes de trabalho e restrição da liberdade do trabalhador. As situações podem ocorrer isoladamente ou em conjunto, conforme os critérios previstos na legislação.

No caso fiscalizado em Boa Viagem, foram justamente as condições de alojamento, alimentação, jornada e segurança identificadas pelos auditores que fundamentaram o resgate dos trabalhadores. A fiscalização faz parte das ações de combate ao trabalho análogo ao de escravo realizadas pela Inspeção do Trabalho, que têm como objetivo interromper as situações de exploração, regularizar os vínculos empregatícios e garantir os direitos dos trabalhadores encontrados nessas condições.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Defesa de Daniel Vorcaro pede ao STF revogação da prisão preventiva

Pesquisas já mostram uma disputa mais competitiva, enquanto a crise interna do Supremo chega à reta final da campanha presidencial

A defesa de Daniel Vorcaro protocolou nesta sexta-feira (18) um pedido para que o Supremo Tribunal Federal (STF) revogue a prisão preventiva do ex-controlador do Banco Master ou substitua a medida por cautelares alternativas. A petição foi encaminhada ao presidente da Corte, ministro Edson Fachin, em meio à indefinição sobre a condução dos processos relacionados à Operação Compliance Zero.



Os advogados sustentam que a prisão precisa passar por uma nova avaliação judicial. Segundo a defesa, o segundo período de 90 dias desde a decretação da prisão terminou em 31 de agosto e a manutenção da custódia exige uma análise fundamentada e atualizada sobre a permanência dos motivos que justificaram a medida.

Vorcaro está preso preventivamente desde 4 de março, no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília. A defesa afirma que ele permanece encarcerado há seis meses sem que tenha sido apresentada denúncia e argumenta que, considerando também o período anterior de prisão domiciliar, ele se aproxima de um ano submetido a restrições cautelares.

DEFESA CITA IMPASSE DENTRO DO SUPREMO

Um dos principais argumentos apresentados pelos advogados é justamente a situação de indefinição dentro do STF. Os processos relacionados ao Banco Master e ao INSS passaram por mudanças na condução após decisões de Fachin, enquanto a Corte discute a relatoria e a competência para tratar dos procedimentos. Na sessão plenária de 15 de setembro, a discussão sobre a relatoria e a competência dos casos foi interrompida após pedido de vista do ministro Flávio Dino. Para a defesa, a indefinição institucional não pode ter como consequência a manutenção indefinida da prisão de Vorcaro.

Os advogados afirmam que, diante do cenário, Fachin deve analisar diretamente o pedido ou encaminhá-lo ao órgão que vier a ser definido como responsável pelos processos. A defesa argumenta que a falta de uma definição sobre a condução da investigação não pode impedir a análise de uma medida que envolve diretamente a liberdade do investigado.

PEDIDO INCLUI MEDIDAS CAUTELARES

Caso a prisão não seja revogada integralmente, os advogados pedem a substituição por medidas cautelares. Entre as alternativas citadas estão o uso de tornozeleira eletrônica e a proibição de deixar o país sem autorização judicial.

A defesa também afirma que Vorcaro tem se colocado à disposição das autoridades e sustenta que a prisão preventiva não pode assumir caráter de antecipação de pena. Os advogados argumentam que a medida cautelar deve estar baseada em elementos concretos e atuais, e não apenas na repercussão do caso ou em fatos que, segundo eles, precisam ser novamente avaliados pelo Judiciário.

A prisão de março ocorreu após uma nova fase da Operação Compliance Zero, que investiga suspeitas relacionadas ao Banco Master. A Polícia Federal havia encontrado mensagens que, segundo as investigações, indicariam planos de Vorcaro contra pessoas que considerava adversárias. Essas circunstâncias integram os elementos usados para justificar a prisão preventiva e permanecem no contexto da análise judicial.

O novo pedido ocorre justamente em um momento de forte disputa institucional no Supremo em torno dos procedimentos relacionados ao Banco Master. Nos últimos dias, Fachin assumiu a condução de parte dos processos, determinou mudanças na tramitação das investigações e houve discussões sobre a relatoria e o acesso a informações obtidas pela Polícia Federal.

Agora, caberá a Fachin ou à autoridade judicial que vier a ser definida como competente avaliar se os fundamentos da prisão preventiva permanecem presentes e se a custódia deve ser mantida ou substituída por outras medidas. O pedido da defesa, por si só, não altera a situação prisional de Vorcaro.

Três investigados por latrocínio contra policial militar reformado são presos em Pernambuco e na Paraíba

Três pessoas investigadas por participação no latrocínio que terminou com a morte de um policial militar reformado foram alvo de mandados de prisão nesta sexta-feira (18), durante uma operação da Polícia Civil de Pernambuco. A ação, batizada de Operação Trinta Moedas, foi realizada simultaneamente em municípios de Pernambuco e da Paraíba.

Além das prisões, os policiais cumpriram cinco mandados de busca e apreensão domiciliar e ordens judiciais para o sequestro de bens e o bloqueio de ativos financeiros. As medidas foram executadas em Itambé, na Zona da Mata Norte de Pernambuco, e em João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba.

De acordo com as investigações, o assassinato teria sido planejado por uma organização criminosa. Os investigadores apontam que os envolvidos teriam dividido as funções para executar o crime, incluindo o monitoramento da vítima, a preparação da abordagem, a execução do ataque e a fuga.

O crime aconteceu em 11 de maio, em Itambé. Segundo o delegado Felipe Pinheiro, responsável pelas investigações, o policial militar reformado se dirigia a uma agência da Caixa Econômica Federal para realizar um depósito quando foi surpreendido por dois criminosos que estavam em um veículo.

Ainda segundo a polícia, os suspeitos desembarcaram do carro e efetuaram diversos disparos contra o policial. A vítima morreu no local. Os

DIVULGAÇÃO



criminosos fugiram levando a quantia em dinheiro que estava sendo transportada pelo militar.

As investigações apontam que o grupo pode estar relacionado a outros crimes violentos registrados na região. Além do latrocínio, os suspeitos são investigados por roubos e homicídios ocorridos em Itambé, em Pernambuco, e Pedras de Fogo, na Paraíba.

Durante o cumprimento das ordens judiciais, uma arma de fogo e munições foram apreendidas.

A operação mobilizou equipes das forças de segurança de Pernambuco e da Paraíba. Participaram da ação a Diretoria de Inteligência da Polícia Civil de Pernambuco, o Comando de Operações e Recursos Especiais, a Polícia Militar, o Grupamento Tático Aéreo e a Polícia Civil da Paraíba.

Em João Pessoa, um dos investigados foi localizado no bairro de Gramame. Segundo informações divulgadas por veículos paraibanos, um homem de 23 anos foi preso no local e uma arma de fogo também foi apreendida. As diligências continuam na Paraíba para localizar outros envolvidos.

A Polícia Civil ainda investiga a participação individual de cada suspeito e a possível ligação do grupo com outros crimes praticados na divisa entre Pernambuco e Paraíba. As pessoas presas são tratadas como investigadas e os fatos ainda serão submetidos à análise da Justiça.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

ELEIÇÃO PARA O SENADO EM PERNAMBUCO SEGUE INDEFINIDA

A eleição para o Senado em Pernambuco permanece aberta e deverá ser disputada intensamente até os últimos dias da campanha. Pesquisas eleitorais são fotografias de determinado momento e precisam ser analisadas dentro de seu contexto, especialmente numa eleição ainda sujeita aos efeitos da propaganda, das alianças e da própria movimentação dos candidatos. Na disputa pelo Governo do Estado, levantamentos recentes mostram um cenário competitivo entre Raquel Lyra e João Campos, com variações entre os institutos e situações de empate técnico em algumas pesquisas e de vantagem de Raquel em outras. Essa polarização na eleição estadual pode produzir reflexos importantes também na disputa pelas duas vagas ao Senado. Na reta final, é natural que os candidatos ao Governo procurem associar mais diretamente suas campanhas às candidaturas ao Senado que integram os respectivos campos políticos. Por isso, ainda há espaço para alterações relevantes no quadro atualmente apresentado pelas pesquisas. Nesse contexto, a candidatura de Eduardo da Fonte deve ser observada dentro da dinâmica da chapa e de sua associação política com a candidatura de Raquel Lyra. Não parece adequado tratar qualquer resultado como previamente definido, sobretudo quando ainda existe campanha eleitoral pela frente. Da mesma forma, a disputa envolvendo nomes como Marília Arraes, Humberto Costa, Mendonça Filho e Eduardo da Fonte pode sofrer mudanças à medida que aumentem a exposição dos candidatos e a definição do voto para governador.



Pesquisa Datafolha divulgada em setembro, por exemplo, apresentou Marília Arraes, Humberto Costa e Mendonça Filho entre os nomes mais citados, evidenciando uma disputa fragmentada pelas duas vagas. O fato de serem duas vagas também torna a eleição para o Senado diferente de uma disputa majoritária por apenas um cargo. O eleitor pode combinar votos entre candidatos de diferentes campos políticos, ao mesmo tempo em que as chapas procurarão consolidar seus próprios nomes. Um dos aspectos a acompanhar será justamente a capacidade de cada candidato ao Senado de ampliar sua votação para além de seu eleitorado político mais identificado. Outro ponto será verificar até que medida o desempenho dos candidatos ao Governo produzirá transferência ou associação de votos para seus respectivos candidatos ao Senado. A propaganda eleitoral, os debates, as agendas pelo interior e pela Região Metropolitana e, principalmente, as pesquisas das próximas semanas poderão oferecer elementos mais claros sobre essa movimentação. Portanto, a fotografia atual não significa necessariamente a fotografia das urnas. A eleição pernambucana para o Senado continua aberta, competitiva e sujeita a mudanças importantes nesta reta final. As próximas pesquisas ajudarão a mostrar se haverá consolidação das posições atuais ou uma aproximação ainda maior entre os principais concorrentes. Até o dia da eleição, haverá muitos movimentos políticos pela frente. Vamos acompanhar as cenas dos próximos capítulos.

Governo reajusta Bolsa Família em 15% às vésperas das eleições; medida gera críticas da oposição



O governo federal anunciou um reajuste de 15,04% nos valores do Bolsa Família, elevando o benefício mínimo por família de R$ 600 para R$ 691. A atualização começa a valer na folha de outubro, com os primeiros pagamentos previstos para 19 de outubro, a pouco mais de duas semanas do primeiro turno das eleições presidenciais.

A decisão foi tomada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e formalizada por decreto publicado em edição extra do Diário Oficial da União. Segundo o governo, o percentual corresponde à inflação acumulada medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) entre março de 2023 e agosto de 2026. A justificativa oficial é recompor o poder de compra das famílias beneficiárias, e não conceder aumento real.

Com a correção, o benefício médio estimado pelo governo passa de aproximadamente R$ 675 para R$ 777. O valor efetivamente recebido continua variando conforme a composição familiar e os adicionais previstos no programa. O Benefício de Renda de Cidadania, pago por integrante da família, sobe de R$ 142 para R$ 164. O Benefício Primeira Infância passa de R$ 150 para R$ 173 por criança, enquanto o Benefício Variável Familiar aumenta de R$ 50 para R$ 58 por integrante que se enquadre nas regras.

REAJUSTE OCORRE EM MEIO À DISPUTA ELEITORAL

O momento escolhido para a atualização colocou a medida no centro do debate eleitoral. O reajuste foi anunciado em 17 de setembro, 17 dias antes do primeiro turno, marcado para 4 de outubro. Os novos valores, entretanto, só começam a ser pagos em outubro, seguindo o calendário regular do programa.

A coluna Contraponto Diário, do Diário de Pernambuco, interpreta o anúncio como uma estratégia política de Lula para fortalecer sua relação com o eleitorado de menor renda e utiliza o termo "desespero" para caracterizar o momento eleitoral do presidente. Essa é uma avaliação da coluna, e não um fato estabelecido sobre a motivação do governo.

O governo, por outro lado, nega que o calendário eleitoral tenha determinado a decisão. A Advocacia-Geral da União afirmou que a medida consiste em uma recomposição pela inflação, sem aumento real e sem ampliação do número de beneficiários, e considerou que o reajuste está previsto na legislação do programa.

O ministro do Planejamento, Bruno Moretti, também afirmou que a atualização possui espaço dentro das regras fiscais e que parte do impacto financeiro será compensada por remanejamentos de despesas.

IMPACTO FINANCEIRO

De acordo com o governo, o reajuste terá impacto de aproximadamente R$ 5,8 bilhões em 2026 e de cerca de R$ 22 bilhões em 2027. A equipe econômica afirma que a despesa adicional poderá ser acomodada dentro do espaço fiscal disponível, sem alteração das metas fiscais anunciadas.

O reajuste também passou a ser questionado no âmbito eleitoral. Uma ação apresentada pelo deputado federal Zé Trovão, do PL, questiona a medida no Tribunal Superior Eleitoral. O ministro André Mendonça foi sorteado relator do processo.

A discussão envolve justamente a proximidade entre o reajuste e as eleições. A legislação eleitoral impõe restrições à distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pela administração pública em ano eleitoral, mas a AGU sustenta que a correção pela inflação de um programa social já existente está prevista em lei e não configura ampliação do benefício ou do público atendido.

O contexto eleitoral também é relevante porque pesquisas recentes mostram uma disputa mais apertada entre Lula e seu principal adversário, Flávio Bolsonaro. Na pesquisa Quaest divulgada nesta semana, Lula aparece com 40% contra 42% de Flávio em uma simulação de segundo turno, resultado classificado como empate técnico pela margem de erro.

Assim, o reajuste do Bolsa Família reúne duas dimensões distintas: de um lado, a justificativa oficial de recomposição inflacionária de um programa que não tinha passado por atualização desde a retomada do atual modelo, em 2023; de outro, o fato de que os novos valores começarão a chegar aos beneficiários em outubro, durante o período decisivo da eleição presidencial. A interpretação sobre eventual efeito eleitoral da medida permanece no campo da análise política, enquanto seus efeitos financeiros e os critérios legais estão sujeitos à avaliação das instituições competentes.

CORREIO DE PERNAMBUCO | PAINEL CORREIO POLÍTICO: A análise das pesquisas eleitorais e os bastidores de 2026. ELEIÇÕES 2026

PERNAMBUCO ENTRE O PALÁCIO, O SENADO E O PLANALTO

As pesquisas de setembro desenham um eleitor pernambucano que não necessariamente escolhe seus candidatos em bloco. A eleição para governador, senador e presidente pode seguir caminhos diferentes, e os dados mais recentes reforçam essa característica.

Governo de Pernambuco: a avaliação da gestão mudou o cenário

A disputa pelo Governo de Pernambuco deixou de ser uma corrida em que João Campos aparecia com ampla vantagem e passou a apresentar um cenário de equilíbrio entre o ex-prefeito do Recife e a governadora Raquel Lyra.

Na pesquisa Datafolha divulgada em 11 de setembro, Raquel apareceu com 47%, contra 42% de João Campos, dentro da margem de erro de três pontos. No segundo turno, a governadora marcou 51% contra 44%. Já o RealTime Big Data, divulgado em 15 de setembro, encontrou outro retrato: 44% para João e 43% para Raquel, em empate técnico. A Quaest, por sua vez, havia registrado 43% para Raquel e 37% para João.

O aspecto mais importante, portanto, não é escolher uma pesquisa isoladamente, mas observar a convergência: Raquel deixou de estar distante de João Campos e passou a disputar efetivamente a liderança.

Essa mudança acompanha a evolução da avaliação do governo. Na Quaest, a aprovação da administração estadual chegou a 68%, enquanto a desaprovação caiu para 23%. No Datafolha mais recente, 65% aprovam o trabalho da governadora e 31% desaprovam.

Há ainda um dado importante: no Datafolha, 48% classificaram o governo como ótimo ou bom, 30% como regular e 20% como ruim ou péssimo. Isso significa que a avaliação positiva não se limita ao eleitor que declara voto em Raquel. Existe uma parcela de eleitores que pode aprovar a administração sem necessariamente transformar essa aprovação em voto definitivo.

Raquel atravessa a polarização nacional

É aqui que aparece uma das características mais interessantes da eleição pernambucana.

Os dados da Quaest mostram Raquel com desempenho diferente conforme o posicionamento político do eleitor. Ela registra 33% entre lulistas, 47% entre independentes, 61% entre eleitores de direita não bolsonarista e 73% entre bolsonaristas. João Campos, por sua vez, concentra força entre os lulistas, com 54%, enquanto marca 31% entre os independentes e 13% entre os bolsonaristas.

Isso ajuda a explicar por que a disputa estadual não reproduz automaticamente a eleição presidencial.

João Campos possui uma associação mais direta com Lula. Raquel, ao contrário, procura manter uma posição própria na disputa nacional e consegue captar votos em diferentes grupos políticos.

Isso não significa que o eleitor de Raquel seja necessariamente "de direita" ou que o eleitor de João seja necessariamente "de esquerda". O que as pesquisas demonstram é outra coisa: há cruzamento de votos entre as disputas.

Um eleitor pode votar em Lula para presidente e em Raquel para governadora. Também pode votar em Flávio Bolsonaro para presidente e em Raquel para governadora. A eleição estadual, portanto, possui uma dimensão própria.

A própria Quaest encontrou que 47% dos pernambucanos gostariam que o próximo governador fosse aliado de Lula, mas apenas 44% identificavam João Campos como o candidato oficial do presidente. O dado mostra que existe espaço para a associação com Lula sem que isso determine automaticamente o voto para governador.

Rejeição: Raquel tem uma barreira menor que João

Outro dado que merece atenção é a rejeição.

No Datafolha de setembro, 32% disseram que não votariam de jeito nenhum em João Campos, enquanto 29% deram a mesma resposta em relação a Raquel Lyra. A diferença está dentro da margem de erro, mas revela que nenhum dos dois chega à reta final com rejeição majoritária.

Isso é particularmente relevante porque a rejeição passa a ter peso maior à medida que a eleição se aproxima de uma disputa direta entre dois nomes.

O quadro, portanto, é de uma eleição competitiva, com dois candidatos que possuem bases importantes e rejeições relativamente próximas. A disputa tende a depender não apenas de quem consegue ampliar sua votação, mas também de quem consegue atrair os eleitores que ainda não estão completamente definidos.

SENADO: UMA ELEIÇÃO MUITO MAIS ABERTA

Se a eleição para governador apresenta dois nomes concentrando a maior parte do eleitorado, o Senado apresenta uma lógica completamente diferente.

No Datafolha de setembro, Marília Arraes aparece com 18%, Humberto Costa com 16%, Mendonça Filho com 12% e Eduardo da Fonte com 10%. Como Pernambuco elegerá dois senadores, o eleitor poderá votar em dois nomes, o que torna a disputa naturalmente mais fragmentada.

O dado mais expressivo é o tamanho do eleitorado que ainda não está comprometido com nenhum candidato: 22% declararam voto branco, nulo ou em nenhum candidato e 10% não souberam responder.

Ou seja, há uma parcela muito significativa do eleitorado ainda disponível.

A pesquisa anterior do Datafolha, realizada em agosto, já mostrava um quadro bastante dividido: Marília tinha 15%, Humberto 14%, Mendonça 12% e Eduardo da Fonte 11%, com 23% de branco/nulo e 14% de indecisos.

A evolução mostra uma eleição sem um nome dominante até aqui.

E há uma diferença importante em relação ao governo: o voto para senador não parece estar simplesmente sendo puxado pela disputa Raquel x João. O eleitor pode fazer combinações diferentes entre os cargos.

Por isso, o Senado deve continuar sendo uma disputa particularmente sensível a alianças, presença regional, estrutura partidária, exposição dos candidatos e capacidade de transformar conhecimento do nome em voto

PRESIDÊNCIA: REJEIÇÃO ELEVADA DOS DOIS POLOS

No cenário nacional, a lógica é outra.

O Datafolha divulgado em 17 de setembro mostra Lula com 39% no primeiro turno, contra 35% de Flávio Bolsonaro. No segundo turno, Lula aparece com 46% e Flávio com 44%, em empate técnico.

O dado mais importante para compreender a disputa é a rejeição.

No levantamento, 47% dizem que não votariam em Lula de jeito nenhum e o mesmo percentual rejeita Flávio Bolsonaro. Ao mesmo tempo, a avaliação do governo Lula apresenta 42% de ruim ou péssimo contra 34% de ótimo ou bom.

Isso produz uma situação politicamente particular.

A avaliação negativa do governo Lula não se converte automaticamente em uma vantagem ampla para Flávio Bolsonaro. E a rejeição elevada de Flávio também impede que a insatisfação com o governo seja interpretada simplesmente como transferência automática de votos para o candidato do PL.

A Quaest já havia identificado fenômeno semelhante: Lula aparecia com 36% no primeiro turno e Flávio com 29%, mas os dois estavam em 41% a 41% no segundo turno, enquanto Lula tinha 53% de rejeição e Flávio, 55%.

O quadro nacional, portanto, é de forte polarização, bases eleitorais consolidadas e dificuldade de ambos os polos para avançar sobre o eleitor que não se identifica integralmente com nenhum dos dois.

E O QUE ISSO SIGNIFICA PARA PERNAMBUCO?

O cruzamento das três eleições revela algo importante.

Para governador, a eleição está mais estadualizada. A avaliação da gestão de Raquel Lyra passou a ter peso relevante e sua votação atravessa diferentes grupos políticos. João Campos tem forte associação com Lula, mas ainda precisa transformar essa vantagem nacional em predominância estadual.

Para o Senado, existe uma eleição aberta. Os percentuais dos principais candidatos estão relativamente próximos e uma parcela expressiva do eleitorado ainda não escolheu seus dois nomes.

Para presidente, a polarização permanece dominante. Lula e Flávio concentram a disputa, mas ambos carregam rejeições elevadas, o que mantém um contingente importante de eleitores fora dos dois polos.

O resultado é uma espécie de eleição de três velocidades.

No Palácio do Campo das Princesas, prevalece a lógica da avaliação administrativa e da política local.

Nas duas vagas do Senado, prevalece a fragmentação e a possibilidade de combinações.

No Planalto, prevalece a polarização nacional.

E é justamente essa diferença que torna Pernambuco um estado em que o eleitor não necessariamente votará "em chapa".

Um mesmo eleitor pode combinar Lula para presidente, Raquel para governadora e escolher dois candidatos diferentes para o Senado. Outro pode votar em Flávio para presidente, Raquel para governadora e fazer uma escolha completamente diferente para senador.

As pesquisas não permitem afirmar antecipadamente qual dessas combinações prevalecerá. Elas mostram, porém, que a transferência automática de votos entre os cargos não está dada.

REJEIÇÃO COMO VARIÁVEL DECISIVA

A rejeição merece ser observada separadamente porque ela aparece nos três níveis.

No Governo de Pernambuco, Raquel tem 29% e João 32% de rejeição no Datafolha.

Na Presidência, Lula e Flávio aparecem com 47% cada no Datafolha.

A diferença é relevante: enquanto os candidatos ao governo têm rejeições abaixo de um terço do eleitorado, os dois principais nomes presidenciais enfrentam rejeição próxima da metade dos eleitores.

Isso ajuda a explicar por que uma avaliação negativa do governo federal não produz, sozinha, uma vantagem consolidada para seu principal adversário. E também ajuda a entender por que a eleição pernambucana pode se comportar de maneira diferente da eleição nacional.

Em resumo: Pernambuco chega à reta decisiva com uma eleição para governador competitiva, uma disputa ao Senado fragmentada e uma eleição presidencial fortemente polarizada. A avaliação de Raquel é hoje um dos principais elementos que diferenciam a disputa estadual da nacional, enquanto a elevada rejeição de Lula e Flávio limita a transferência automática de votos entre os dois campos.

Fontes: Datafolha, Genial/Quaest e RealTime Big Data. Os levantamentos têm períodos, amostras e metodologias diferentes; os percentuais não devem ser somados ou tratados como se fossem uma única pesquisa.